

Editais PNUMA 027/2015

**Projeto PNUMA nº 61-P7 (Brazil Project):
“Cidades Inteligentes e Sustentáveis”**

Elaboração de uma agenda de municipalização do programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), para municípios com até 50.000 habitantes.

Produto 13. Relatório final consolidando a entrega final da Agenda Final de Municipalização da A3P para municípios de até 50.000 habitantes e demais ferramentas complementares.

Consultor: Rafael Jó Girão

Contrato: ROLAC-BR-2016-06

Brasília, novembro de 2017.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. Resultados das 8 visitas de campo	4
1.1. Gestão ambiental nos Estados e municípios	4
1.2. Diálogos A3P	5
2. Estratégias para a municipalização da A3P	11
2.1. Matriz de análise SWOT.....	11
2.2. Passos para a municipalização da A3P	18

INTRODUÇÃO

O presente Produto 13 traz, em seu conteúdo, o relatório final consolidando a entrega final da Agenda Final de Municipalização da A3P para municípios de até 50.000 habitantes e demais ferramentas complementares, sendo desenvolvido no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica PNUMA nº 61-P7 - “Cidades Inteligentes e Sustentáveis”, visando apoiar a elaboração de uma agenda de municipalização da A3P, para municípios com até 50.000 habitantes.

Então, seguindo a estrutura do trabalho proposta nos produtos anteriores, neste produto são apresentadas as seguintes informações:

1. Resultados das 8 visitas de campos;
2. Estratégias para a municipalização da A3P.

1. Resultados das 8 visitas de campo

Como contextualizado nos produtos anteriores desta consultoria, os estados da Bahia, Ceará, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo foram as realidades nacionais selecionadas para a realização das visitas de campo e dos Diálogos A3P.



Desta forma, nos 6 biomas brasileiros foram realizados **27 eventos**, com a participação de **985 participantes** que atuam em órgãos públicos municipais, regionais, estaduais e federais sediados em **293 municípios**. **(DADOS de BARUERI não estão incluídos)**

1.1. Gestão ambiental nos Estados e municípios

De forma geral, as secretarias estaduais de meio ambiente são as principais responsáveis e centralizadoras da gestão ambiental pública e possuem atuação direta ou indireta (por meio de consórcios públicos ou comitês de bacias apoiados e financiados com recursos públicos) com os municípios dos 8 Estados.

Cada Estado possui temas prioritários e formas de atuação relacionados às suas realidades, mas pode-se afirmar que a relação com os municípios é sempre bem vista e considerada fundamental para o fortalecimento das políticas e órgãos públicos municipais.

Sendo assim, as secretarias estaduais confirmaram ser importantes parceiras na realização dos Diálogos A3P e possuem grande potencial para estender esta parceria para a municipalização da A3P por todo o Brasil.

Vale também ressaltar a importância das federações e associações de municípios, comitês de bacias e consórcios públicos intermunicipais na realização de programas, projetos e ações complementares ou em parceria com as secretarias estaduais. Inclusive, alguns destes órgãos e redes foram fundamentais na divulgação dos eventos.

Em âmbito municipal, já é muito comum a existência de uma secretaria, diretoria, coordenadoria, departamento ou setor que possua um responsável e uma equipe para atuação na gestão ambiental pública, mesmo em municípios muito pequenos, e que possuem diálogo, apoio e parceria contínua com a secretaria estadual de meio ambiente ou estes outros órgãos complementares.

Em geral, pelo conhecimento dos conceitos de sustentabilidade na administração pública e pela percepção já avançada da importância da implementação destas práticas, estes órgãos públicos municipais de meio ambiente devem ser a prioridade do contato inicial da equipe da A3P do MMA ou das secretarias estaduais de meio ambiente, lembrando que posteriormente o contato deve ser estendido obrigatoriamente para os prefeitos ou as secretarias de governo.

1.2. Diálogos A3P

Utilizando a metodologia e os instrumentos apresentados nos produtos anteriores desta consultoria, foi possível realizar a coleta de informações nos 8 Estados que servirão de subsídios para a municipalização da A3P.

A seguir é apresentado um resumo das principais dificuldades e soluções informadas, por eixo temático da A3P:

EIXO 1: USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS	
Pergunta norteadora: O eixo aborda o uso de energia, água, copos descartáveis, papel e formas de transporte. Como melhorar a eficiência no uso destes recursos naturais e reduzir o desperdício nas atividades da prefeitura e os demais órgãos da administração pública municipal?	
Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Despreocupação de gestores, servidores e profissionais terceirizados com o desperdício de recursos naturais e bens públicos.	Analisar e dar publicidade ao consumo de água, energia, combustível, papel e outros recursos por secretaria/departamento/setor.
	Elaborar plano de sensibilização e capacitação dos gestores e servidores públicos, e também os profissionais terceirizados.
	Elaborar plano de comunicação/divulgação para todas as ações e resultados da A3P nos órgãos públicos.
	Fornecer incentivos para servidores ou secretaria/departamento/setor que obtiverem melhores resultados.
	Fornecer incentivos (visibilidade, capacitação, materiais, procedimentos operacionais e outros) para os órgãos públicos municipais ou tornar a implementação da A3P obrigatória.
	A3P na escola: iniciar com escolas que já possuem programas de educação ambiental.

Estruturas, equipamentos, veículos e procedimentos internos que contribuem com o uso excessivo dos recursos naturais (Exemplos: prédios que não utilizam a iluminação e ventilação natural; impressora que não imprime frente e verso; veículos antigos; protocolos em papel)	Plano de modernização sustentável de estruturas, equipamentos e veículos.
	Incorporação de práticas sustentáveis nas rotinas dos servidores e órgãos públicos municipais.
	Reduzir horário de atendimento ao público ou de trabalho, evitando os horários de pico de consumo de energia.
	Montar uma equipe fixa para manutenção preventiva e de reparo.
	Ampliação do uso meio de comunicação digitais e emissão desnecessária de documentos como: protocolos, contracheques, carnês de IPTU, convites e outros.
Falta de recursos financeiros disponíveis para área ambiental.	Incentivo fiscal para produtos, equipamentos e veículos mais sustentáveis.
	Fornecer incentivos financeiros para os órgãos públicos municipais ou tornar a implementação da A3P obrigatória.
	Criar de consórcios intermunicipais e parcerias público/privadas voltadas para pesquisa e implementação de equipamentos mais sustentáveis.
Dificuldade técnica e operacional na implementação da A3P.	Elaborar programa de capacitação dos servidores públicos municipais, organizado pelo MMA ou secretarias estaduais.
	A3P poderia disponibilizar dados comparativos de viabilidade e custo-benefício das práticas, materiais, equipamentos e veículos sustentáveis.

EIXO 2: GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Pergunta norteadora: O eixo aborda a coleta seletiva e o descarte de resíduos perigosos e os eletrônicos. Como melhorar a eficiência das ações de controle, redução da geração e destinação correta dos resíduos gerados pela prefeitura e os demais órgãos da administração pública municipal?

Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Inexistência de coleta seletiva no município.	Implementar projetos/programas municipais ou regionais de suporte de catadores, cooperativas, associações e empresas de coleta seletiva.
	Estimular o uso de compostagem “caseira” ou implementar centrais de compostagem.
	Incentivos do governo estadual e federal.
	Elaboração de projetos municipais e intermunicipais para captação de recursos.
	Criação de consórcio para implementar, apoiar e gerir as cooperativas.
	Realizar parceria com universidades e centros de pesquisa para desenvolvimento de técnicas e maquinários que possam agregar valor aos materiais recicláveis ou fazer a reciclagem em pequena escala.
	Realizar parceria com cursos técnicos (exemplo: SENAI) para a manutenção de esteiras, prensas e outros equipamentos das centrais de triagem.
Cultura do “descartável” e baixa participação de gestores, servidores e funcionário terceirizados na separação dos resíduos.	Elaborar plano de sensibilização e capacitação dos gestores e servidores públicos, e também os profissionais terceirizados.

	Adequar estrutura de coleta seletiva nos prédios públicos (4 coletores: reciclável, orgânico, perigosos/eletrônicos e lixo; e local de armazenamento).
	Incorporar ações de consumo consciente, reutilização e separação dos resíduos nas rotinas dos servidores e órgãos públicos municipais.
	Fornecer incentivos para servidores ou secretaria/departamento/setor que obtiverem melhores resultados.
	Analisar viabilidade de locação de equipamentos eletrônicos (empresa fornecedora fica responsável por manutenção e destinação adequada).
	Estabelecer procedimento operacional para manuseio e armazenamento correto dos resíduos.
Falta de empresas de reciclagem, descontaminação, incineração ou outros destinos finais adequados para os resíduos no município ou região.	Realizar coletas e destinação conjunta com municípios vizinhos. Possibilidade da utilização dos consórcios públicos já existentes ou a criação de um novo.
	Oferecer incentivos fiscais e outras políticas públicas que estimulem a instalação de empresas de gerenciamento destes resíduos.
	Buscar parcerias com empresas para a destinação correta destes resíduos (Exemplos: troca de verduras ou descontos na conta de energia por recicláveis; patrocínio de coleta de pilhas e baterias)
Falta de acordos setoriais para implementação de responsabilidade compartilhada e logística reversa dos resíduos.	Buscar alternativas para aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (exemplo: editais de licitação devem incluir a logística reversa de resíduos perigosos e eletrônicos).
	Apoio do Ministério do Meio Ambiente e governo estadual para agilizar os acordos setoriais nacionais, estaduais e/ou regionais.
Dificuldades com a destinação de outros resíduos não previstos na A3P, tais como: carcaças de animais mortos em pesquisas e matadouros públicos; resíduos hospitalares; construção civil; móveis de madeira; pneus; espuma; isopor; tecidos.	Buscar parcerias para definir a melhor forma de destinação final (exemplo: Embrapa de Concórdia (SC) está testando diversas formas de compostagem de carcaças de animais).

EIXO 3: CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Pergunta norteadora: O eixo aborda a aquisição de bens, contratações de serviços, obras e reformas com critérios de sustentabilidade.

Como incorporar estas práticas na prefeitura e nos demais órgãos da administração pública municipal?

Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Ausência de profissionais qualificados para elaborar editais e de critérios de sustentabilidade para a aquisição de produtos e serviços.	A A3P poderia definir os principais critérios de sustentabilidade para aquisição de produtos e serviços.
	A3P poderia disponibilizar lista de produtos e serviços sustentáveis por todo o Brasil.
	Com apoio do MMA e secretarias estaduais, realizar capacitação sobre o conceito, benefícios e como operacionalizar as contratações públicas sustentáveis para todos os servidores e órgãos públicos municipais envolvidos.

	Disponibilizar manual para todos os envolvidos em compras públicas, com o objetivo de orientar a boa elaboração de justificativas e especificações técnicas dos produtos e serviços sustentáveis.
	Compor uma comissão para fornecer subsídios técnicos, avaliar e validar os editais de licitação sustentáveis.
Falta de produtos e serviços sustentáveis na cidade e região.	Realizar capacitações de fornecedores locais e da região para adequação aos critérios de sustentabilidade.
	Analisar a viabilidade de aquisição de produtos e serviços de regiões mais distantes.
	Compor consórcios com outros municípios para aumentar o volume de compras.
Custo de determinados produtos e equipamentos sustentáveis é mais elevado.	Oferecer incentivos fiscais para produtos e serviços mais sustentáveis.
	A3P poderia disponibilizar dados comparativos de viabilidade e custo-benefício de produtos e serviços sustentáveis.
	Realizar programas de capacitação em compras públicas sustentáveis para órgãos como Tribunal de Contas, Ministério Público e outras que realizam fiscalização e auditoria de contas públicas.
	Compor consórcios com outros municípios para aumentar o volume de compras.
Ausência de fiscalização sobre a qualidade dos produtos e serviços licitados.	Compor uma comissão para fornecer subsídios técnicos, avaliar e validar os editais de licitação sustentáveis.
	Elaborar procedimentos de fiscalização.
	Utilizar os dispositivos legais para exigir o cumprimento dos editais e caso a empresa não cumpra, impedir a participação nas próximas licitações.
Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) ^[1] gerido pela Caixa e IBGE, não incluem critérios de sustentabilidade.	Atualizar o SINAPI para estimular o investimento dos recursos públicos em reformas e construções sustentáveis nos prédios públicos municipais.

EIXO 4: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Pergunta norteadora: O eixo aborda ações voltadas para a segurança, acessibilidade e bem estar dos servidores públicos.

Como incorporar estas práticas na prefeitura e nos demais órgãos da administração pública municipal?

Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Falta de comissão para qualidade de vida, integração, prevenção de acidentes e brigada de incêndio.	Criar uma comissão intersetorial de qualidade de vida (responsável por todos os temas citados ao lado).
	A3P poderia promover capacitação conceitual e operacional para a comissão intersetorial de qualidade de vida.

¹ Mais informações sobre o SINAPI estão disponíveis no site <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/apoio-poder-publico/sinapi/Paginas/default.aspx>

	Realizar ações de integração e capacitação de novos servidores/comissionados/terceirizados ou realocados ao novo ambiente de trabalho.
	Melhor a análise do perfil e experiências de cada servidor, comissionado ou terceirizado antes da realocação.
	Criar ambientes de uso comum que ofereçam elementos de interação, fortalecimento de vínculos e lazer para os servidores.
	Implementar uma rotina de ginástica laboral e estímulo às práticas esportivas.
	Fazer a gestão motivacional e da saúde dos servidores, comissionados e terceirizados.
	Diagnosticar e adquirir mobiliário, equipamentos e EPIs adequados para todos os setores da administração pública.
Falta de planejamento, organização interna e melhor divisão dos trabalhos.	Realizar treinamentos, criar momentos de diálogo e planejamento conjunto entre servidores e gestores, com divisão equilibrada de responsabilidades e tarefas.
	Criar regulamentação para que cargos comissionados sejam ocupados de acordo com a formação ou experiência profissional.
Falta de estruturas adequadas para acessibilidade de idosos, cadeirantes, deficientes físicos e visuais.	Programa municipal de acessibilidade para atendimento aos servidores e ao público em geral.
	Adaptar gradativamente toda a estrutura física e de sinalizações.

EIXO 5: SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Pergunta norteadora: O eixo aborda ações de informação, valorização, capacitação e engajamento dos servidores.

Como criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores da prefeitura e demais órgãos da administração pública municipal?

Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Em geral, servidores e gestores públicos desconhecem os conceitos socioambientais e de sustentabilidade, ampliando a baixa participação em ações e projetos nesta área.	Criar estratégia de engajamento dos servidores e todas as secretarias em todas as etapas de implementação da A3P.
	Elaborar plano de sensibilização e capacitação contínuo dos gestores e servidores públicos, e também os profissionais terceirizados.
	Elaborar plano de comunicação/divulgação para todas as ações e resultados da A3P nos órgãos públicos.
	Fornecer incentivos para servidores ou secretaria/departamento/setor que obtiverem melhores resultados.
	Nas escolas, incluir na grade curricular a disciplina “Meio Ambiente”, possibilitando a formação de crianças e jovens, além de forçar a contratação ou formação dos professores neste tema.
	Sensibilização dos gestores sobre a importância da A3P e de seu papel como liderança e coordenador das equipes na implantação das ações mais sustentáveis.

Falta de profissionais com experiência para realização de capacitações que utilizem metodologias atrativas e linguagem adequada para todos os servidores.	Realização de encontros regionais formativos em educação ambiental para os servidores responsáveis pelas atividades de sensibilização e capacitação municipais.
	Nos encontros regionais formativos, disponibilizar cartilhas e materiais de capacitação e orientação prática.
	Realizar parcerias com instituições públicas e privadas que possam promover capacitações voltadas para cada eixo temático da A3P.
	Identificar os servidores de todos os órgãos da administração pública municipal que possam realizar estas atividades.
Falta de recursos financeiros específicos para atividades socioambientais.	Solicitar dotação orçamentária anual específica para ações ambientais, como a A3P.
	Criação de um fundo ambiental municipal voltado para investimento em educação ambiental.
	A3P poderia viabilizar o repasse de verbas para as instituições públicas municipais.
	Buscar parceiros públicos e privados para realização das ações.

EIXO 6: CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

Pergunta norteadora: Neste eixo a construção deve considerar medidas para a redução e otimização do consumo de materiais e energia, redução dos resíduos gerados, preservação do ambiente natural e melhoria da qualidade do ambiente construído.

Como incorporar estas práticas na prefeitura e nos demais órgãos da administração pública municipal?

Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Em geral, servidores e gestores públicos desconhecem os conceitos, técnicas e produtos da área de construção sustentável.	Sensibilizar os gestores públicos e projetistas sobre os benefícios das construções e equipamentos sustentáveis.
	Realizar capacitações práticas para formação de servidores para a elaboração de projetos e utilização de técnicas e equipamentos de bioconstrução e construção sustentável.
	Disponibilizar cartilhas e materiais com detalhes operacionais das técnicas de bioconstrução e construção sustentável.
	Estabelecer critérios de sustentabilidade e acessibilidade para locação, reformas ou novas construções.
Custo de determinados produtos e equipamentos sustentáveis é mais elevado.	Oferecer incentivos fiscais para produtos e serviços mais sustentáveis.
	A3P poderia disponibilizar dados comparativos de viabilidade e custo-benefício de produtos e serviços sustentáveis.
	Agentes avaliadores e fiscalizadores de financiamentos de obras públicas devem permitir adaptações que atendam as características geográficas e climáticas locais/regionais.
Falta de saneamento básico nas cidades e prédios públicos.	Em parceria com outras secretarias, elaborar e implementar projeto de coleta e tratamento de esgoto.

2. Estratégias para a municipalização da A3P

2.1. Matriz de análise SWOT

Como apresentado no produto 1 desta consultoria, a matriz de análise SWOT foi a base para realização dos estudos, consultas às instituições e especialistas, e as perguntas norteadoras dos grupo temáticos dos Diálogos A3P, afinal esta metodologia permite a análise de cenários e a proposição de estratégias de atuação.

A seguir, as matrizes apresentadas no produto 1 serão complementadas com os resultados obtidos nos Diálogos A3P, permitindo então o cruzamento das seguintes informações de cada um dos 6 eixos temáticos da A3P:

- **Pontos fortes com as oportunidades (S+O)** para identificar estratégias que aproveitem ao máximo os pontos fortes e as oportunidades detectadas;
- **Pontos fortes com as ameaças (S+T)** para identificar estratégias que aproveitem ao máximo os pontos fortes e minimizem os efeitos das ameaças detectadas;
- **Pontos fracos com as oportunidades (W+O)** para identificar estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e simultaneamente aproveitem as oportunidades detectadas;
- **Pontos fracos com as ameaças (W+T)** para identificar estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e das ameaças detectadas.

Eixo 1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos | Matriz análise SWOT

<p align="center">fatores internos</p> <p align="center">fatores externos</p>	<p align="center">Pontos fortes (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsável da A3P ou comissão gestora da A3P no município bem capacitados para exercer este papel; • Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Possibilidade de apresentar dados que comprovem que as práticas sustentáveis geram economia dos recursos públicos no curto, médio e longo prazo; • Criação de uma comissão gestora pela A3P com responsabilidades internas compartilhadas e autonomia de atuação em todos os órgãos da administração pública municipal; • Facilidade de articulações presenciais, pela proximidade geográfica; • Valorização da imagem dos órgãos da administração pública municipal, pelo bom exemplo e boa utilização dos recursos públicos; • Fornecer incentivos para servidores ou secretaria/departamento/setor que obtiverem melhores resultados; • Órgãos públicos municipais que já implementam diversas práticas de sustentabilidade. 	<p align="center">Pontos fracos (W)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de conhecimento do responsável da A3P ou comissão gestora da A3P no município de como exercer o seu papel; • Implementação de ações de forma fragmentada, pontual e desconectada de um programa ou sistema de gestão pela sustentabilidade; • Falta de conhecimento, metodologias e ferramentas para a concepção, análise de alternativas, planejamento e implementação de práticas sustentáveis; • Falta de empenho e proatividade do responsável ou comissão A3P, e dos demais colaboradores dos órgãos da administração pública municipal; • Falta de recursos financeiros; • Falta de apoio institucional do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal; • Dificuldade ou demora na realização de levantamento de dados; • Atraso na implementação da A3P, pois cada setor da administração pública municipal possui seu ritmo para a inserção dos critérios e práticas de sustentabilidade em seu dia a dia; • Preocupação com a imagem de determinado órgão público da administração municipal, no momento de repassar seu relatório preenchido com dados negativos. • Estruturas, equipamentos, veículos e procedimentos internos que contribuem com o uso excessivo dos recursos naturais
<p align="center">Oportunidades (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ferramenta LEED Dynamic Plaque; • Adoção do processo eletrônico substituindo o processo em papel, tendo como exemplos o sistema e-Processo e o e-Assina RFB; • Legislações federais que permitem a inclusão de critérios de sustentabilidade nas atividades públicas; • Realizar parceria da A3P com programas socioambientais dos governos estaduais que estejam em execução ou em planejamento; • Materiais em Gestão Energética Municipal do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL); • ISO 26000 e ABNT NBR 16001 apresentam uma boa sugestão de um sistema de gestão integrada e com diretrizes para a sustentabilidade. • Existência de articulações regionais e parcerias entre municípios brasileiros. 	<p align="center">Estratégias (S+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns. 	<p align="center">Estratégias (W+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de parcerias para troca de experiências, capacitação e apoio na gestão das práticas sustentáveis dos órgãos da administração pública municipal.
<p align="center">Ameaças (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal; • Impossibilidade de disponibilizar incentivo fiscal para produtos, equipamentos e veículos mais sustentáveis; • Impossibilidade de fornecer incentivos financeiros para os órgãos públicos municipais ou tornar a implementação da A3P obrigatória. 	<p align="center">Estratégias (S+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; • Identificação de parceiros externos e fundos de financiamento que possam fortalecer e valorizar as práticas de sustentabilidade dos órgãos da administração pública municipal. 	<p align="center">Estratégias (W+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de materiais informativos com análise de custo-benefício, passo a passo operacional de implementação, exemplos de boas práticas e lista de parceiros para obter bom desempenho em cada indicador da A3P; • Criação de portal virtual A3P, contendo materiais conceituais e operacionais da A3P; ferramenta comparativa para análise do custo-benefício de produtos, técnicas e serviços sustentáveis; e espaço para troca de experiências entre órgãos da administração pública municipal.

Eixo 2. Gerenciamento de resíduos sólidos | Matriz análise SWOT

<p align="center">fatores internos</p> <p align="center">fatores externos</p>	<p align="center">Pontos fortes (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsável da A3P ou comissão gestora da A3P no município bem capacitados para exercer este papel; • Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Possibilidade de apresentar dados que comprovam que a gestão adequada de resíduos economiza recursos públicos; • Parceria com catadores, cooperativas, associações e empresas de coleta seletiva; • Responsabilidade compartilhada com empresas fabricantes ou revendedoras de resíduos perigosos e eletroeletrônicos. 	<p align="center">Pontos fracos (W)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de corpo técnico capacitado, recursos financeiros e de equipamentos para a gestão dos resíduos; • Indefinições da responsabilidade pela gestão de resíduos na administração pública; • Falta de mecanismos para geração de dados precisos sobre o manejo de resíduos sólidos; • Desinteresse dos órgãos da administração pública municipal pela elaboração e utilização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; • Atraso na implementação da A3P, pois cada setor da administração pública municipal possui seu ritmo; • Preocupação com a imagem de determinado órgão público da administração municipal, no momento de repassar seu relatório preenchido com dados negativos; • Falta de estruturas para associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; • Cultura do “descartável” e baixa participação de gestores, servidores e funcionário terceirizados na separação dos resíduos.
<p align="center">Oportunidades (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legislações federais que permitem a inclusão de critérios de sustentabilidade nas atividades públicas; • Existência de articulações regionais e parcerias entre municípios brasileiros. • Implantação de acordos setoriais para cobrir as despesas do sistema de gestão de resíduos sólidos, conforme previsto nas Leis nº 11.445/2007 e 12.305/2010; • Existência de universidade, escolas técnicas, centros de pesquisas, ONG e empresas com potencial para serem parceiras na gestão dos resíduos sólidos urbanos. 	<p align="center">Estratégias (S+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação de municípios, com o objetivo de dialogar, buscar alternativas para destinação dos resíduos e exigir a responsabilidade compartilhada de fabricantes e revendedores sobre os resíduos sólidos originados de seus produtos; • Buscar parceiros para definir a melhor forma de destinação final para outros resíduos não previstos na A3P. 	<p align="center">Estratégias (W+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar projetos municipais ou regionais de suporte de catadores, cooperativas, associações e empresas de coleta seletiva; • Formalização de parcerias com fabricantes e revendedores pela manutenção de equipamentos e gestão de resíduos perigosos e eletroeletrônicos.
<p align="center">Ameaças (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoio técnico e financeiro dos governos estaduais e federal para a elaboração e implementação de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; • Falta de programas estruturados a nível estadual para incentivar e cobrar a implantação das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios; • Falta de acordos setoriais para implementação de responsabilidade compartilhada e logística reversa dos resíduos; • Inexistência de coleta seletiva no município; • Falta de empresas de reciclagem, descontaminação, incineração ou outros destinos finais adequados para os resíduos no município ou região; • Dificuldades com a destinação de outros resíduos não previstos na A3P. 	<p align="center">Estratégias (S+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; • Identificação de formas de fortalecimento das parcerias vigentes; • Identificação de novos parceiros externos que possam solucionar possíveis dificuldades da gestão de resíduos sólidos dos órgãos da administração pública municipal. 	<p align="center">Estratégias (W+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de plano de sensibilização e capacitação dos gestores e servidores públicos, e também os profissionais terceirizados; • Elaboração de curso de capacitação à distância pela A3P; • Elaboração e divulgação de lista de fabricantes e revendedores parceiros para logística reversa e descontaminação de resíduos perigosos e eletroeletrônicos de municípios; • Fornecer incentivos para servidores ou secretaria/departamento/setor que obtiverem melhores resultados; • Buscar alternativas para aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (exemplo: editais de licitação devem incluir a logística reversa de resíduos perigosos e eletrônicos).

Eixo 3. Contratações públicas sustentáveis Matriz análise SWOT		
fatores internos	Pontos fortes (S)	Pontos fracos (W)
fatores externos	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Possibilidade de apresentar dados que comprovam que a aquisição de serviços e produtos sustentáveis gera economia dos recursos públicos no curto, médio e longo prazo; • Valorização da imagem dos órgãos da administração pública municipal, pelo bom exemplo e boa utilização dos recursos públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de profissionais qualificados para elaborar editais e de critérios de sustentabilidade para a aquisição de produtos e serviços; • Falta de empenho e proatividade do responsável ou comissão A3P, e dos demais colaboradores dos órgãos da administração pública municipal; • Falta de apoio institucional do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Falta de recursos financeiros para escolha de serviços e materiais sustentáveis.
Oportunidades (O)	Estratégias (S+O)	Estratégias (W+O)
<ul style="list-style-type: none"> • Legislações federais que permitem a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas; • Catálogo Socioambiental de compra de materiais da Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo; • Sistema de catalogação de material (CATMAT); • Listagem com "Editais e Termos de Referência Sustentáveis"; • "Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho"; • "Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP"; • Energy Star; • Life-cycle costing; • Tabela de consumo/eficiência energética do INMETRO; • Programa ABNT de Rotulagem Ambiental; • Certificações florestais CERFLOR e FSC; • Selo/Certificado TCO; • Selo Madeira Legal; • Restriction of Hazardous Substances 	<ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns; • Estabelecer critérios de sustentabilidade para aquisição de produtos e serviços; • Elaboração de um site com comparativo de produtos e serviços sustentáveis; • Composição de consórcios com outros municípios para aumentar o volume de compras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formalização de parcerias para troca de experiências, capacitação e apoio na gestão de licitações sustentáveis dos órgãos da administração pública municipal.
Ameaças (T)	Estratégias (S+T)	Estratégias (W+T)
<ul style="list-style-type: none"> • Histórico de corrupção e favorecimento a determinados grupos nas licitações públicas municipais por todo Brasil; • Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal; • Inexistência ou poucas alternativas de fornecedores e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade em determinadas regiões do Brasil; • Pouca oferta de serviços e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade, refletindo em um custo financeiro muito elevado; • SINAPI² não inclui critérios de sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna; • Realizar capacitação de fornecedores locais e da região para adequação aos critérios de sustentabilidade; • Permitir a participação no processo licitatório de instituições de outros municípios e regiões, de forma não presencial; • Solicitar a adequação do SINAP; • Realizar capacitação para órgãos de fiscalização e auditoria de contas públicas, com o Tribunal de Contas e Ministério Público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da transparência nas licitações públicas municipais; • Diagnóstico sobre as dificuldades dos setores produtivos e de serviços sustentáveis; • Elaboração de materiais informativos com justificativas financeiras, indicação de listas de produtos e serviços e passo a passo de implementação da licitação sustentável; • Oferecer incentivos fiscais para produtos e serviços mais sustentáveis.

² Mais informações sobre o SINAPI estão disponíveis no site <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/apoio-poder-publico/sinapi/Paginas/default.aspx>

Eixo 4. Qualidade de vida no ambiente de trabalho | Matriz análise SWOT

<p align="center">fatores internos</p> <p>fatores externos</p>	<p align="center">Pontos fortes (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de apresentar dados que comprovam que a melhoria da qualidade de vida no trabalho, possui relação direta na melhoria da produtividade dos colaboradores dos órgãos da administração pública municipal no curto, médio e longo prazo; • Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal. 	<p align="center">Pontos fracos (W)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de conhecimento, metodologias e ferramentas para a concepção, análise de alternativas, planejamento e implementação de práticas para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; • Falta de apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal; • Falta de recursos financeiros; • Falta de comissão para qualidade de vida, integração, prevenção de acidentes e brigada de incêndio; • Falta de planejamento, organização interna e melhor divisão dos trabalhos; • Falta de estruturas adequadas para acessibilidade de idosos, cadeirantes, deficientes físicos e visuais.
<p align="center">Oportunidades (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa do GBC Brasil, em parceria com o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo), com objetivo de analisar, através de métricas perceptivas e físicas, como o ambiente sustentável nos escritórios brasileiros influencia a saúde e o bem-estar dos colaboradores; • Ferramenta de certificação WELL Building Standard, administrada pelo IWBI (International WELL Building Institute) é um sistema para mensurar, monitorar e certificar o espaço construído e avaliar o seu impacto para a saúde humana e o bem-estar através da análise dos fatores ar, água, nutrição, iluminação, atividades físicas, conforto térmico e mente. 	<p align="center">Estratégias (S+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns. • Compor uma comissão intersetorial de qualidade de vida. • Estruturar um programa municipal de qualidade de vida do servidor. 	<p align="center">Estratégias (W+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de parcerias para capacitação, troca de experiências e apoio na gestão das práticas de melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho dos órgãos da administração pública municipal.
<p align="center">Ameaças (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal. • Corpo de Bombeiro ter que atender uma região e quantidade de municípios muito grande. 	<p align="center">Estratégias (S+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; • Identificação de parceiros externos que possam fortalecer e valorizar as práticas de melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho dos órgãos da administração pública municipal. 	<p align="center">Estratégias (W+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de campanha para prefeitos sobre os benefícios financeiros e sociais de realizar ações de melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; • Elaboração de materiais informativos com justificativas financeiras, passo a passo de implementação, exemplos de boas práticas e lista de parceiros para obter bom desempenho em cada indicador da A3P.

Eixo 5. Sensibilização e capacitação dos servidores Matriz análise SWOT		
<p>fatores internos</p> <p>fatores externos</p>	<p>Pontos fortes (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como uma das primeiras ações da A3P no município, realizar boa capacitação do responsável pela A3P ou de todos os integrantes da comissão gestora da A3P; • Utilização de videoconferência como canal de exposição dos temas ambientais; • Órgãos estão em um mesmo município, o que facilita a locomoção para atividades presenciais; • Realização de capacitações que estimulem processos de gestão participativos e compartilhados entre todos os órgãos da administração pública municipal, de forma a tornar as práticas e o uso dos recursos públicos mais eficientes; • Realização de parcerias com instituições e especialistas para a realização de sensibilizações e capacitações; • Realização de processos de sensibilização e capacitação durante todo o ano e com diversos formatos, metodologias e meios de comunicação; • Participação e promoção do prefeito e demais gestores da administração pública municipal em algumas atividades de sensibilização e capacitação. 	<p>Pontos fracos (W)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percepção de que a implementação da A3P é mais uma obrigação ou “gincana socioambiental” e então, deve-se fazer somente o mínimo necessário para “pontuar” ou preencher a ficha de avaliação da A3P; • Realização de sensibilizações e capacitações pontuais e esporádicas; • Falta de recursos financeiros específicos para atividades socioambientais; • Dificuldade de participação simultânea de todos os colaboradores em atividades de sensibilização e capacitação; • Falta de profissionais com experiência para realização de capacitações que utilizem metodologias atrativas e linguagem adequada para todos os servidores; • Servidores e gestores públicos desconhecem os conceitos socioambientais e de sustentabilidade.
<p>Oportunidades (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avanço tecnológico dos meios de comunicação; • Valorização dos profissionais que possuem qualificação para construção de edifícios verdes e atuação em outras áreas vinculadas à sustentabilidade; • GBC Brasil oferece 12 tipos de treinamentos, que incluem temas como energias renováveis; materiais e recursos; e paisagismo sustentável; • Treinamentos em Gestão Energética Municipal do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). • Existência de capacitações para gestores e técnicos municipais realizadas pelas Secretarias estaduais de meio ambiente (Exemplos: PMVA em SP e Programa FORMAR em BA). 	<p>Estratégias (S+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em processos de sensibilização e capacitação em comum. 	<p>Estratégias (W+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de parcerias para troca de experiências, capacitação e apoio na gestão da sensibilização e capacitação dos órgãos da administração pública municipal.
<p>Ameaças (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a realização de sensibilização e capacitação nos órgãos da administração pública municipal. 	<p>Estratégias (S+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; • Identificação de formas de fortalecimento das parcerias vigentes; • Identificação de novos parceiros externos que possam solucionar possíveis dificuldades na sensibilização e capacitação dos órgãos da administração pública municipal • Fornecer incentivos para servidores ou secretaria/departamento/setor que obtiverem melhores resultados. 	<p>Estratégias (W+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de materiais informativos com justificativas dos benefícios financeiros, sociais e ambientais, metodologias de capacitação, exemplos de boas práticas e lista de parceiros; • Sensibilização dos gestores sobre a importância da A3P e de seu papel como liderança e coordenador das equipes na implantação das ações mais sustentáveis; • Solicitar dotação orçamentária anual específica para ações ambientais, como a A3P.

Eixo 6. Construções sustentáveis Matriz análise SWOT		
<p>fatores internos</p> <p>fatores externos</p>	<p>Pontos fortes (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer critérios de sustentabilidade com todos os envolvidos, desde a concepção do projeto de edificação e escolha de terreno; • Apoio do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Possibilidade de apresentar dados que comprovam que as construções sustentáveis geram economia dos recursos públicos no curto, médio e longo prazo; • Valorização da imagem dos órgãos da administração pública municipal, pelo bom exemplo e boa utilização dos recursos públicos. 	<p>Pontos fracos (W)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação e capacitação dos envolvidos na concepção, construção e operação de edificações; • Falta de empenho e proatividade de do responsável ou comissão A3P, e dos demais colaboradores dos órgãos da administração pública municipal; • Falta de apoio institucional do prefeito e demais gestores de órgãos da administração pública municipal para a execução de articulação transversal; • Falta de recursos financeiros para escolha de serviços e materiais sustentáveis.
<p>Oportunidades (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • GBC Brasil e a Certificação LEED e as práticas de Green Building; • Políticas públicas de incentivo para construções sustentáveis; • Legislações federais que permitem a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações públicas; • Energy Star; • Programa ABNT de Rotulagem Ambiental; • Certificações florestais CE FLOR e FSC; • Certificações para construções AQUA-HQE, LEED, Selo Casa Azul da CAIXA; • Selo Madeira Legal. 	<p>Estratégias (S+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de redes de cooperação, em que grupos de municípios e parceiros podem pensar conjuntamente em soluções sustentáveis para desafios comuns; • Estabelecer critérios de sustentabilidade e acessibilidade para locação, reformas ou novas construções. 	<p>Estratégias (W+O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização de parcerias para troca de experiências e apoio em construções sustentáveis dos órgãos da administração pública municipal.
<p>Ameaças (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoio técnico contínuo do Ministério do Meio Ambiente e/ou governo estadual para a implementação plena da A3P nos órgãos da administração pública municipal; • Inexistência ou poucas alternativas de fornecedores e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade em determinadas regiões do Brasil; • Pouca oferta de serviços e produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade, refletindo em um custo financeiro muito elevado; • Falta de saneamento básico nas cidades e prédios públicos. 	<p>Estratégias (S+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização e fortalecimento da capacidade técnica da equipe interna dos órgãos da administração pública municipal; • Fortalecimento e ampliação da divulgação das licitações sustentáveis municipais; • Em caso de produtos ou serviços com pouca concorrência local, permitir a participação no processo licitatório de instituições de outros municípios e regiões, de forma não presencial; • Em parceria com outras secretarias, elaborar e implementar projeto de coleta e tratamento de esgoto. 	<p>Estratégias (W+T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar os gestores públicos e projetistas sobre os benefícios das construções e equipamentos sustentáveis; • Realizar capacitações práticas para formação de servidores para a elaboração de projetos e utilização de técnicas e equipamentos de bioconstrução e construção sustentável; • Diagnóstico sobre as dificuldades do setor de construções sustentáveis; • Oferecer incentivos fiscais para produtos e serviços mais sustentáveis.

2.2. Passos para a municipalização da A3P

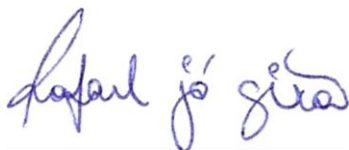
Desta forma, após a realização do cruzamento das informações em matrizes de análise SWOT foram obtidas diversas estratégias que permitem a priorização e definição dos principais passos para a municipalização da A3P:

PASSOS	DESCRIÇÃO
1. Oficializar parceria com as secretarias estaduais de meio ambiente.	<p>Buscar maior aproximação com as diretorias/coordenadorias/departamentos que possuem contato direto e contínuo com as prefeituras e as secretarias municipais de meio ambiente. Sugere-se que as secretarias estaduais assumam responsabilidades compartilhadas como: divulgação da A3P; realização de capacitação conceitual e operacional presencial; apoio técnico presencial e à distância; apoio na articulação de parcerias entre órgãos públicos municipais e instituições públicas e privadas; acompanhamento e avaliação da implementação da A3P.</p>
2. Oficializar parceria com instituições e especialistas nos eixos temáticos da A3P.	<p>Por todo o Brasil, diversas instituições públicas e privadas possuem potencial para contribuir com a A3P e os órgãos públicos municipais, inclusive sem custos em muitos casos.</p> <p>Esta contribuição poderia ocorrer na forma de pesquisas diversas; apoio na definição de critérios de sustentabilidade; apoio na elaboração de materiais, técnicas, sistemas e metodologias mais sustentáveis; cursos de capacitação presenciais e à distância; atividades formativas mais pontuais como palestras, oficinas, workshops e outros; apoio técnico na rotina de implementação de práticas sustentáveis; apoio na elaboração e implementação de legislações e políticas públicas; e outros.</p> <p>Desta forma, estas parcerias poderiam indicar um novo conceito para a Rede A3P, que agora poderia contribuir diretamente com a implementação da A3P pelo Brasil, e poderia ser organizada por área geográfica de atuação (regional, estadual ou nacional) e eixo temático.</p>
3. Em cada Estado, definir a melhor estratégia para incorporação da A3P na rotina dos órgãos públicos municipais.	<p>Propor a incorporação da A3P em programas ou projetos das secretarias estaduais de meio ambiente que estejam em execução ou em planejamento e que tenham o objetivo de fortalecer a gestão ambiental e a estrutura ambiental municipal.</p> <p>Como principal exemplo, pode-se mencionar o Programa Município VerdeAzul no estado de SP, que até 2014 citava diretamente a A3P como um bom exemplo para se alcançar algumas metas da gestão ambiental municipal.</p>
4. Em cada Estado, estabelecer metas anuais para adesão e implementação da A3P nos órgãos públicos municipais.	<p>Em conjunto com os parceiros, analisar a estrutura e os recursos disponíveis para a municipalização da A3P em cada Estado, e então definir metas anuais quantitativas como o número de municípios atendidos, eixos temáticos apoiados pelos parceiros, número de adesões de órgãos públicos, número de órgãos públicos que atualizaram o Ressoa, porcentagem de atendimento aos indicadores de avaliação.</p> <p>Posteriormente, pode-se complementar com metas qualitativas como a percepção de melhoria ambiental e de qualidade de vida nos órgãos públicos municipais.</p>
5. Atualizar os indicadores de desempenho da A3P.	<p>Em conjunto com os parceiros, analisar todos os indicadores e a necessidade de atualização, exclusão ou inclusão de novos. Por exemplo: o indicador para energia “uso de lâmpadas fluorescentes eficientes”, poderia ter a palavra “fluorescente” retirada, afinal lâmpadas mais sustentáveis, como a LED, estão muito mais acessíveis a todos.</p> <p>Além disso, sugere-se que cada indicador também possua uma meta ideal para ser alcançada pelos servidores e órgãos públicos. Exemplos: x litros de água consumida/servidor - mensal; x número de folhas sulfites/servidor - mensal.</p> <p>Sugere-se que ao menos 30 municípios participantes dos Diálogos A3P façam a</p>

	utilização teste dos novos indicadores antes de sua oficialização.
6. Elaborar e atualizar um site para comparação dos produtos e serviços sustentáveis.	<p>Duas das grandes dificuldades dos órgãos públicos municipais são a compreensão e a definição de qual é o produto ou serviço mais sustentável. Afinal, são muitos os elementos que devem ser considerados nesta análise. Desta forma, sugere-se que a A3P e a Rede A3P definam quais são os critérios de sustentabilidade para cada produto e serviço que pode ser utilizado na implementação da A3P.</p> <p>Em seguida, embasado pelos critérios, será possível elaborar um site que apresente um comparativo entre os produtos/serviços de diferentes fornecedores, permitindo que os órgãos públicos escolham rapidamente aqueles que são os mais sustentáveis.</p> <p>Sugere-se a consulta a associações empresariais e fornecedores de cada um dos produtos e serviços sobre a aplicabilidade e a disponibilidade de informações sobre os critérios de sustentabilidade antes de sua oficialização.</p>
7. Elaborar materiais educativos com informações operacionais para implementação da A3P e suas práticas sustentáveis.	<p>A A3P e diversas instituições pelo país já disponibilizam bons materiais educativos sobre os conceitos de sustentabilidade relacionados aos seis eixos temáticos.</p> <p>Porém, ainda existe a demanda por materiais mais direcionados para as informações operacionais (“como fazer” - técnicas, ferramentas, metodologias, passo a passo, sistemas de gestão e outros) para a implementação da A3P e suas práticas sustentáveis.</p> <p>Para ilustrar esta demanda, os técnicos dos órgãos públicos apresentaram dúvidas sobre a melhor forma de se realizar diagnósticos, estruturar e gerir a rotina da comissão A3P, realizar planejamento participativo e avaliar resultados.</p> <p>Mas na parte de execução do plano de ação, a dificuldade é ainda maior, pois faltam profissionais com experiências em: análise de viabilidade econômica e custo-benefício para justificar a escolha de produtos e serviços; realização de programa de educação ambiental e plano de comunicação/divulgação; gestão interna de resíduos sólidos; realização de programa de qualidade de vida e segurança no trabalho; realização de projeto técnico/arquitetônico e construção de prédio sustentáveis; elaboração de edital/termo de referência para licitação sustentável; outros.</p> <p>Sugere-se a parceria das secretarias estaduais e a Rede A3P na elaboração dos materiais.</p>
8. Elaborar artes gráficas da A3P.	<p>Para a sensibilização dos servidores públicos, a A3P poderia disponibilizar artes gráficas sobre cada eixo temático para impressão de adesivos, imãs, broches, marcadores de página, filipetas, cartazes, informativos, calendários, agendas, canecas, camisetas e outros. Ou também para uso digital em sites, e-mails, fundo de tela de computadores.</p> <p>Algumas destas artes gráficas poderiam ter a alternativa para personalização com informações locais e logo dos órgãos públicos municipais.</p>
9. Buscar benefícios e incentivos para a participação na A3P.	<p>Para estimular a adesão e manter a participação dos órgãos públicos na A3P é fundamental que sejam continuamente oferecidos benefícios e incentivos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - financeiro: abertura de editais de financiamento para ações vinculadas à A3P, como exemplo o FNMA; editais de financiamento que tenham a A3P como pré-requisito ou que possibilitem boa pontuação para os órgãos que aderirem. - valorização da imagem do município: preferência para sediar eventos do MMA, secretarias estaduais e Rede A3P (afinal, tendem a realizar eventos sustentáveis); preferência na participação em projetos piloto do MMA, secretarias estaduais e Rede A3P. - técnico: realizar eventos regionais para fortalecer a troca de experiência e a parceria entre os órgãos públicos municipais e as instituições da Rede A3P.
10. Sensibilizar os gestores	Elencar os principais eventos que reúnem prefeitos e vereadores por todo o

públicos municipais.	país e identificar a melhor forma de participação e sensibilização destes principais gestores públicos municipais sobre a importância e os benefícios da participação na A3P. Paralelamente, solicitar que as secretarias estaduais enviem ofícios com o mesmo assunto para todos os prefeitos e secretários de meio ambiente de seus Estados.
11. Elaborar e realizar capacitações presenciais e à distância	Elaborar um programa de capacitação da A3P, com materiais e temas direcionados para o contexto de implementação do programa nos órgãos públicos municipais: - órgãos que não aderiram ou com adesão recente: capacitação com apresentação geral da A3P, dos conceitos de sustentabilidade e dos eixos temáticos; - órgãos com A3P em execução: capacitação mais prática, aprofundada e com exercícios operacionais para implementação da A3P, com foco na gestão do programa e de equipe, em cada um dos eixos temáticos ou em algum tema específico. As atividades podem ser à distância (AVA do MMA) ou presenciais em encontros regionais. Sugere-se a participação das secretarias estaduais e Rede A3P na elaboração e realização dos materiais e capacitações.
12. Atualizar o critério do selo prata da A3P.	Além da entrega do relatório anual, estabelecer um número mínimo de metas dos indicadores alcançados para atestar o empenho do órgão público municipal, e então ser contemplado com o selo prata da A3P. Exemplo: número de indicadores alcançados nos 6 eixos temáticos.
13. Minimizar as ameaças externas.	Nos Diálogos A3P, diversos fatores foram mencionados como ameaças externas que poderiam inviabilizar a implementação de determinadas ações ou eixos temáticos da A3P. Sugere-se que a A3P, as secretarias estaduais e a Rede A3P se mobilize também para minimizar ao máximo estas ameaças: a) falta de acordos setoriais para implementação da logística reversa e responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos sólidos; b) falta de matéria-prima e fornecedores de produtos e serviços sustentáveis: incentivos fiscais (federal, estadual e municipal), pesquisa de novas técnicas e equipamentos, e capacitação em contratações públicas sustentáveis para fornecedores locais e regionais poderiam ser boas soluções; c) falta de empresas de reciclagem e de descontaminação de resíduos sólidos: incentivos fiscais (federal, estadual e municipal), pesquisa de novas técnicas e equipamentos e estímulos para a formação de consórcios públicos intermunicipais para gestão dos resíduos sólidos poderiam ser boas soluções; d) falta de mão de obra em as todas as funções e cargos relacionados às construções sustentáveis: realizar parceria com escolas técnicas, universidades, associações, ONGs, empresas e outros com experiência em construções sustentáveis e realizar capacitações específicas para todos os servidores envolvidos em construções em órgãos públicos; e solicitar ao MEC a inclusão da temática construção sustentável na grade curricular de universidades e cursos técnicos de arquitetura, engenharia civil e outros; e) despreparo de órgãos de fiscalização e auditoria de contas públicas municipais para analisar as contratações sustentáveis: apresentar a A3P e realizar capacitação dos servidores de Tribunal de Contas, Ministérios Públicos e outros órgãos que atuam nestas áreas; f) despreparo do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAP - CAIXA e IBGE) e outros sistemas públicos de gestão de recursos financeiros para as contratações sustentáveis; g) falta de esgotamento sanitário e destinação adequada para diversos tipos de resíduos não previstos na A3P: buscar parcerias para analisar o contexto e definir as melhores formas de enfrentamento.

Desta forma, este consultor apresenta o **Produto 13. Relatório final consolidando a entrega final da Agenda Final de Municipalização da A3P para municípios de até 50.000 habitantes e demais ferramentas complementares**, para avaliação e aprovação.

A handwritten signature in blue ink, reading "Rafael Jó Girão". The signature is written in a cursive style and is enclosed in a thin black rectangular border.

Rafael Jó Girão
Gestor Ambiental - Consultor